

POLÍTICA

Dois momentos de otimismo de Sarney

— Ao assinar ontem em praça pública, na cidade fluminense de Campos, a lei que determina à Petrobrás o pagamento de **royalties** aos Estados, Municípios e Territórios produtores de petróleo, xisto betuminoso e gás, o presidente José Sarney garantiu que a Petrobrás não será privatizada pois continuará “detentora do monopólio estatal, que é um patrimônio do povo e será intocável”.

Essa foi a primeira vez, segundo assessores da empresa, que Sarney deu ênfase ao assunto desde que assumiu a Presidência da República e após ter concordado em sancionar o projeto que prevê o pagamento, em números atuais, de 206 milhões de dólares aos Estados produtores — assim como ao Ministério da Marinha —, assumindo, assim, a postura que seria adotada por Tancredo Neves.

Para isso, o presidente escolheu uma data oportuna: afinal a assinatura do documento foi revestida de uma grande festa, na praça São Salvador, principal logradouro daquela cidade do Norte do Estado, que contou com as presenças de seis governadores — Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Gérson Camata (Espírito Santo), Agripino Maia (Rio Grande do Norte), Gonzaga Mota (Ceará), José Richa (Pa-

raná) e João Alves (Sergipe) — de três ministros, além de vários políticos e outras autoridades.

Demonstrando euforia, Sarney deixou várias vezes de lado o texto do discurso, redigido anteriormente, para agradecer a presença do povo: “Essa” — disse — “foi a oportunidade que tivemos para reparar uma injustiça com o povo deste Estado”.

A assinatura da lei dos **royalties**, aconteceu em Campos porque ali está o maior pólo petrolífero do país e foi naquela cidade que em 1922, Saldanha da Gama e Henrique Laje perfuraram o primeiro poço de petróleo do Brasil, dando início às atividades de exploração, que acabaram sendo o embrião da Petrobrás.

A lei, que entra em vigor no dia 1º de janeiro, vai garantir aos Estados produtores de petróleo — Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe — o pagamento trimestral de uma indenização de 206 milhões de dólares da seguinte maneira: 30% ao Estado ou Território; 20% ao fundo especial a ser distribuído a todos os Estados, Territórios e municípios; e 20% à Marinha.

Apesar desta previsão de dotação orçamentária, divulgada pela Secretaria de Imprensa e Divulga-



— Ato: Sarney, ladeado por Gérson Camata, Brizola, Néilson Carneiro e Celso Peçanha.

ção da Presidência da República, o decreto assinado ontem diz que “os valores de que trata o artigo 27 serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo e que os recursos previstos serão aplicados preferentemente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico.

O governador do Rio, Leonel Brizola, anunciou entretanto que

aplicará o dinheiro dos **royalties** na construção de 200 postos de saúde e 60 creches para crianças até sete anos, além de dar assistência médica e odontológica aos alunos dos 600 Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), mais conhecidos como “brizolões”. O orçamento da Secretaria da Saúde do Rio, segundo o governo estadual, elevou-se, com a lei, de Cr\$ 245 bilhões para Cr\$ 1,2 trilhão, cinco vezes mais que os recursos de 85.

Mas se os governadores e prefeitos de Estados e municípios produtores de petróleo estão eufóricos, na Petrobrás o quadro é outro, principalmente porque Sarney atendeu aos pedidos para que vetasse o parágrafo 5º, que estabelecia como data da entrada em vigor da lei o dia 1º de abril e não 1º de janeiro como ficou estabelecido. O próprio presidente da Petrobrás, Hélio Beltrão, reclamou disso, afirmando que o veto do artigo vai trazer alguns problemas para a empresa. Sua esperança é que a regulamentação da lei atrase e o desembolso venha a ocorrer realmente em abril.

Beltrão não quis, também, falar sobre como vão ser levantados os recursos para o pagamento dos **royalties**, assunto, segundo ele, a cargo do CNP.

Otimismo

Além do discurso durante a assinatura da lei dos **royalties**, o presidente Sarney fez outro pronunciamento, logo de manhã, em seu programa radiofônico semanal “Conversa ao pé do rádio”, recheando as duas falas com mensagens de otimismo ao povo brasileiro. Em meio a elogios à atuação da Petrobrás, ele garantiu em seu discurso de Campos, “que o crescimento econômico continuará, que

a recessão foi banida, assim, como o desemprego e o subdesenvolvimento político (...).

Numa espécie de balanço de seu primeiro ano de governo apontou ainda como suas realizações a volta da liberdade, “como uma conquista da cidadania”, a volta do Estado de Direito, o fim dos instrumentos de arbítrio, a volta das eleições diretas. “O Brasil venceu o pessimismo e a inércia, a desconfiança e o desânimo, a tragédia e o desespero” — disse o presidente.

No programa radiofônico, Sarney procurou transmitir “uma palavra de confiança”, reafirmando sua intenção de acabar com a fome e a miséria — “quero progresso com felicidade geral”. E aos que não acreditam nessa possibilidade ele afirmou que “o Brasil mudou”, citando como exemplo o fim do “ódio que dominava a nossa política”.

E concluiu: “1986 será um ano de trabalho. Teremos eleições e temos vários obstáculos a vencer. Exemplo: a inflação e a reforma agrária. Mas temos grandes esperanças: o desenvolvimento continuará, o Brasil vai continuar crescendo, manteremos a nossa unidade e espero que possamos fazer um acordo social, para assegurar a paz e melhorar os salários”.